



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério do Planejamento e Orçamento

Brasília-DF
Março/2023

ÍNDICE

I – Contexto Operacional	4
II – Demonstrações Contábeis	5
III – Notas Explicativas	15
BALANÇO PATRIMONIAL	19
1 – Caixa e Equivalentes de Caixa	19
2 – Créditos de Curto e Longo Prazo	19
2.1 – Dívida Ativa.....	19
2.2 – Demais Créditos.....	19
2.3 – Ajuste para Perdas.....	20
3 – Estoques	20
4 – Imobilizado	20
5 – Intangível.....	23
6 – Fornecedores e Contas a Pagar	23
7 – Demais Obrigações.....	24
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	25
8 – Resultado Patrimonial	25

MINISTRA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Simone Tebet

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Gustavo José de Guimarães e Souza

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS

PÚBLICOS

Esther Dweck

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Cristina Kiomi Mori

SECRETÁRIO DE GESTÃO CORPORATIVO

Cilair Rodrigues de Abreu

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Leonardo David da Silva Luz

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE

Enoque da Rocha Costa

EQUIPE TÉCNICA:

Rafael de Souza – Coordenador de Informação Contábil

Alexandre Gomes Oliveira – Chefe de Divisão de Informação Contábil

Filipe Antunes Barros

Email: cicon.cgcon.dfc@economia.gov.br

I - CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de janeiro de 2019, a Medida Provisória nº 870, convertida na lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, que trata da estrutura do poder executivo da administração pública federal direta, transformou o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho e Emprego no Ministério da Economia.

Em 1º de janeiro de 2023, o Ministério do Planejamento e Orçamento foi recriado através da Medida Provisória nº 1.154, essa MP estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Constituem áreas de competência do Ministério do Planejamento e Orçamento:

- I - elaboração de subsídios para o planejamento e a formulação de políticas públicas de longo prazo destinadas ao desenvolvimento nacional;
- II - avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e dos programas do Governo federal e elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas;
- III - elaboração de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais;
- IV - elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais;
- V - viabilização de novas fontes de recursos para os planos de governo; e
- VI - formulação de diretrizes, acompanhamento e avaliação de financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais.

Estas e outras informações relevantes a respeito do MPO relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/planejamento/pt-br>

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O novo arranjo vem ao encontro da modernização da Administração Pública, além de possibilitar maior integração entre os órgãos e prestação de serviços mais ágeis e eficientes.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, por meio da Secretaria de Gestão Corporativa (SGC), atenderá inicialmente os seguintes ministérios: Fazenda; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Planejamento e Orçamento; e Povos Indígenas.

Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da Portaria MGI nº 43/2023.

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)

Ativo	Órgão		Órgão Superior	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	55.085.453	-	285.500.617	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	53.888.670	-	254.140.824	-
Créditos a Curto Prazo	1.196.783	-	12.273.286	-
Demais Créditos e Valores	1.196.783	-	13.083.469	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos	-	-	812.967	-
Estoques	-	-	19.086.506	-
Não Circulante	1.957.754	-	651.396.466	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	4.534.315	-
Créditos a Longo Prazo	-	-	4.534.315	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-	5.470.050	-
Demais Créditos e Valores	-	-	1.447.352	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos	-	-	2.383.087	-
Imobilizado	1.957.754	-	614.681.499	-
Intangível	-	-	32.180.653	-
Total do Ativo	57.043.206	-	936.897.083	-

**BALANÇO PATRIMONIAL
 (PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO)**

Passivo	Órgão		Órgão Superior	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	2.636.464.815	-	2.934.086.840	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar	-	-	195.654.719	-
Fornecedores e Contas a Pagar	2.636.464.815	-	2.640.821.012	-
Obrigações Fiscais	-	-	949.817	-
Demais Obrigações	-	-	96.661.293	-
Não Circulante	-	-	108.791	-
Demais Obrigações	-	-	108.791	-
Patrimônio Líquido	- 2.579.421.609	-	- 1.997.298.548	-
Resultado do Exercício	498.752.566	-	478.770.955	-
Resultados de Exercícios Anteriores	- 3.078.174.175	-	- 2.476.338.928	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	269.425	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	57.043.206	-	936.897.083	-

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
(Lei nº 4.320/1964)

	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes				
Ativo	57.043.206	-	936.897.083	-
Financeiro	53.888.670	-	254.140.084	-
Permanente	3.154.537	-	682.756.998	-
Passivo	2.759.483.894	-	3.595.111.359	-
Financeiro	2.362.935.565	-	3.098.918.264	-
Permanente	396.548.329	-	496.193.095	-
Saldo Patrimonial	- 2.702.440.687	-	- 2.658.214.276	-

Quadro das Contas de Compensação
(LEI Nº 4.320/1964)

	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Quadro das Contas de Compensação				
Ativos	-	-	67.435.882	-
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	13.924.625	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	53.509.799	-
Direitos Contratuais	-	-	1.458	-
Passivos	-	-	367.152.991	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	-	-	6.720.164	-
Obrigações Contratuais	-	-	360.432.827	-
Saldo Patrimonial	-	-	- 299.717.109	-

Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial
(Lei nº 4.320/1964)

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Recursos Ordinários	- 2.283.889.850	-	- 2.654.347.279	
Recursos Vinculados	- 25.157.044	-	- 190.430.900	-
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	-	-	2.981.173
Previdência Social (RPPS)	87.503	-	-	169.074.264
Dívida Pública	- 25.244.547	-	-	39.794.957
Alienação de Bens e Direitos	-	-	-	3.165.442
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	-	-	17.491.139
Outros Recursos Vinculados	-	-	-	740
Recursos a Classificar	-	-	-	763.653
Total	- 2.309.046.895	-	- 2.844.778.179	-

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Variação Patrimonial	Órgão		Órgão Superior	
	2023	2022	2023	2022
Aumentativa	2.201.593.909	-	3.385.876.154	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-	97.423	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	112.400.690	-	113.014.468	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.087.279.154	-	3.256.589.953	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	1.914.066	-	14.592.662	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-	1.581.648	-
Diminutiva	1.702.841.343	-	2.907.105.199	-
Pessoal e Encargos	-	-	540.690.795	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-	372.681.055	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	50.916	-	168.627.187	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.858.642	-	4.357.054	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.698.931.785	-	1.810.346.491	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-	5.491.589	-
Tributárias	-	-	296.894	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	13.610	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-	4.600.522	-
Resultado Patrimonial do Período	498.752.566	-	478.770.955	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de março de 2023
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Receitas Orçamentárias	Órgão				Órgão Superior	
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Receitas Realizadas	Saldo
Corrente	-	-	-	-	397.512	- 5.619.760
Receita Patrimonial	-	-	-	-	686.695	- 5.243.898
Receitas de Serviços	-	-	-	-	342.383	- 415.134
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	53.201	- 39.273
Subtotal de Receitas	-	-	-	-	397.512	- 5.619.760
Déficit	-	-	138.139.199	138.139.199	1.220.039.068	1.220.039.068
Total	-	-	138.139.199	138.139.199	1.220.436.581	1.214.419.309
Créditos Cancelados	-	-	259.386.870	-	-	-

Despesas Orçamentárias	Órgão						Órgão Superior	
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo	Despesas Empenhadas	Saldo
Corrente	-	22.026.520.809	138.139.199	78.443.473	78.443.473	21.888.381.610	1.217.335.797	24.109.337.378
Pessoal e Encargos Sociais	-	19.245.755.340	-	-	-	19.245.755.340	841.544.398	20.880.116.364
Outras Despesas Correntes	-	2.780.765.469	138.139.199	78.443.473	78.443.473	2.642.626.270	375.791.399	3.229.221.014
Capital	-	773.200.298	-	-	-	773.200.298	3.100.784	784.144.604
Investimentos	-	1.769.072	-	-	-	1.769.072	3.100.784	12.713.378
Inversões Financeiras	-	771.431.226	-	-	-	771.431.226	-	771.431.226
Total	-	22.799.721.107	138.139.199	78.443.473	78.443.473	22.661.581.908	1.220.436.581	24.893.481.982

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Resultado Orçamentário	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Orçamento Corrente	- 138.139.199	-	- 137.741.687	
Orçamento de Capital	-	-	-	
Total	- 138.139.199	-	- 137.741.687	-

RESTOS A PAGAR

Restos a Pagar Processado	Órgão					Órgão Superior
	Insc. Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo	
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	Saldo
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	17.337
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	7.761
Despesa de Capital	-	-	-	-	-	Saldo
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	25.098

Restos a Pagar Não Processado	Órgão					Órgão Superior
	Inscritos Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	
Despesas Correntes	118.607.954	2.541.976.478	446.482.934	446.482.934	-	Saldo
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	3.572.641
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	118.607.954	2.541.976.478	446.482.934	446.482.934	-	2.214.101.498
Despesa de Capital	928.340	88.210.000	-	-	-	89.138.340
Investimentos	-	-	-	-	-	10.229.210
Inversões Financeiras	928.340	88.210.000	-	-	-	89.138.340
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Total	119.536.294	2.630.186.478	446.482.934	446.482.934	-	2.303.239.838
						2.519.903.680

BALANÇO FINANCEIRO

Ingressos	Órgão		Órgão Superior	
	2023	2022	2023	2022
Receitas Orçamentárias	-	-	397.512	-
Vinculadas	-	-	946.640	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	549.128	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.077.383.999	-	3.234.261.487	-
Resultantes da Execução Orçamentária	942.218.808	-	1.766.075.746	-
Independentes da Execução Orçamentária	1.135.165.191	-	1.468.185.740	-
Recebimentos Extraorçamentários	59.695.727	-	581.392.753	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	184.165.867	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	59.695.727	-	391.932.647	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	3.753.225	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	1.541.014	-
Saldo do Exercício Anterior	5.378	-	239.170.989	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.378	-	239.170.989	-
Total	2.137.085.103	-	4.055.222.741	-

Dispêndios	Órgão		Órgão Superior	
	2023	2022	2023	2022
Despesas Orçamentárias	138.139.199	-	1.220.436.581	-
Ordinárias	138.139.199	-	690.599.904	-
Vinculadas	-	-	529.836.676	-
Transferências Financeiras Concedidas	1.498.574.299	-	1.569.950.650	-
Resultantes da Execução Orçamentária	884.563.898	-	917.401.568	-
Independentes da Execução Orçamentária	614.010.401	-	652.549.081	-
Pagamentos Extraorçamentários	446.482.934	-	1.010.694.686	-
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-	268.711.973	-
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	446.482.934	-	737.532.485	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	4.266.181	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-	184.047	-
Saldo do Exercício Seguinte	53.888.670	-	254.140.824	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	53.888.670	-	254.140.824	-
Total	2.137.085.103	-	4.055.222.741	-

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Resultado Financeiro				
Resultado Orçamentário	-	138.139.199	-	1.220.039.068
Receita Orçamentária		-	397.512	-
Despesas Orçamentária	-	138.139.199	-	1.220.436.581
Resultado das Transferências Financeiras		578.809.699	-	1.664.310.837
Transferências Financeiras Recebidas		2.077.383.999	-	3.234.261.487
Transferências Financeiras Concedidas	-	1.498.574.299	-	1.569.950.650
Resultado Extraorçamentário	-	386.787.208	-	429.301.933
Recebimentos Extraorçamentários		59.695.727	-	581.392.753
Pagamentos Extraorçamentários	-	446.482.934	-	1.010.694.686
Total		53.883.292	-	14.969.836

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Órgão		Órgão Superior	
	2023	2022	2023	2022
Fluxos de Caixa				
das Atividades Operacionais	53.883.292	-	17.621.917	-
Ingressos	2.077.383.999	-	3.239.398.545	-
Receita Patrimonial	-	-	57.895	-
Receita de Serviços	-	-	342.383	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	628.800	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-	53.201	-
Outros Ingressos Operacionais	2.077.383.999	-	3.239.001.032	-
Desembolsos	2.023.500.706	-	3.221.776.628	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-	1.012.299.491	-
Transferências Concedidas	524.926.407	-	635.076.259	-
Outros Desembolsos Operacionais	1.498.574.299	-	1.574.400.877	-
das Atividades de Investimento	-	-	2.652.081	-
Desembolsos	-	-	2.652.081	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-	2.582.446	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-	69.635	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	53.883.292	-	14.969.836	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	5.378	-	239.170.989	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	53.888.670	-	254.140.824	-

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Geração Líquida de Caixa	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Atividades Operacionais	53.883.292	-	17.621.917	-
Atividades de Investimento	-	-	2.652.081	-
Atividades de Financiamento	-	-	-	-
Total	53.883.292	-	14.969.836	-

III - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2023

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do MGI.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades MGI administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MGI, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea "a", da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos

para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com:

- i. dívida ativa; e
- ii. demais valores.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

É constituído também por ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Estoques

Compreendem os materiais de uso e consumo, selos de controle e produtos em trânsito. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

E) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o

reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

F) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

G) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014.

Reavaliação

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- i. Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU);
- ii. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- iii. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos

como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

A tabela de vida útil e valor residual dos bens móveis encontra-se elencada no item 6.3 da Macrofunção 020330.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

H) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. fornecedores e contas a pagar;

- iii. obrigações fiscais;
- iv. demais obrigações.

I) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Deficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.
- ii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iii. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

J) Composição do Órgão e Órgão Superior

ÓRGÃO

MPO:
Gabinete da Ministra
Secretaria Executiva
Assessoria Especial de Controle Interno
Assessoria Especial de Comunicação Social
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
Secretaria de Articulação Institucional
Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos
Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Secretaria Nacional de Planejamento
Secretaria de Orçamento Federal

ÓRGÃO SUPERIOR

MPO
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Caixa	53.888.670		239.345.075	-
Bancos	-	-	14.795.750	-
Total	53.888.670	-	254.140.824	-
Circulante	53.888.670	-	254.140.824	-
Não Circulante	-	-	-	-

1.1 Caixa

A conta de Caixa e Equivalentes de Caixa – Moeda Nacional é composta exclusivamente pelo Limite de Saque.

Caixa	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Limite de Saque	53.888.670	-	239.345.075	-
Total	53.888.670	-	239.345.075	-
Circulante	53.888.670	-	239.345.075	-
Não Circulante	-	-	-	-

NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

2.1 Dívida Ativa

A dívida ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade.

Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Dívida Ativa Não Tributária	-	-	5.470.050	-
Subtotal	-	-	5.470.050	-
(-) Ajuste para Perdas	-	-	- 2.190.301	-
Total	-	-	3.279.749	-
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	3.279.749	-

2.1.1 Dívida Ativa - IBGE

Nessa conta, constam os valores relativos aos créditos do IBGE contra terceiros, provenientes de créditos não tributários.

Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	31/03/2023	31/12/2022
Dívida Ativa Não Tributária	2.738.951	-
Subtotal	2.738.951	-
(-) Ajuste para Perdas	- 2.190.301	-
Total	548.650	-
Circulante	-	-
Não Circulante	548.650	-

2.1.2 Dívida Ativa - IPEA

O grupo de Dívida Ativa não Tributária se trata dos processos de inscrição em Dívida Ativa, bem como os valores já inscritos e as provisões para perdas realizáveis no longo prazo. A Dívida Ativa compreende, além do valor principal, atualização, monetária, juros, multa e demais encargos previstos.

Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	31/03/2023	31/12/2022
Dívida Ativa Não Tributária	2.731.099	-
Total	2.731.099	-
Circulante	-	-
Não Circulante	2.731.099	-

2.2 Demais Créditos

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos grupos de contas anteriores) realizáveis no curto e longo prazo.

Demais Créditos e Valores	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Adiantamento TED	1.196.783	-	5.002.524	-
Créditos por Dano ao Patrimônio	-	-	4.993.845	-
Suprimento de Fundos	-	-	2.064.542	-
Adiantamento Concedidos a Pessoal	-	-	1.794.199	-
Demais	-	-	675.711	-
Subtotal	1.196.783	-	14.530.821	-
(-) Ajuste para Perdas	-	-	1.005.754	-
Total	1.196.783	-	13.525.067	-

Circulante	1.196.783	-	12.270.502	-
Não Circulante	-	-	1.254.566	-

2.2.1 Demais Créditos - IBGE

Compreendem os direitos a receber relacionados, principalmente, com créditos por dano ao patrimônio e adiantamentos concedidos.

Demais Créditos e Valores	31/03/2023	31/12/2022
Créditos por Dano ao Patrimônio	4.993.845	-
Adiantamento TED	3.704.420	-
Suprimento de Fundos	2.057.042	-
Adiantamento Concedidos a Pessoal	1.761.417	-
Crédito por Cessão de Pessoal	540.287	-
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - Estado	39.488	-
Demais	59.053	-
Subtotal	13.155.553	-
(-) Ajuste para Perdas	-	1.005.754
Total	12.149.799	-

Circulante	10.895.233	-
Não Circulante	1.254.566	-

Os créditos por danos ao patrimônio são os maiores responsáveis pelo saldo deste grupo. O IBGE possui valores escriturados em créditos administrativos no curto e no longo prazo. Esses valores são registrados conforme orientação de processo administrativo no qual foi apurado o dano ao erário e seu respectivo responsável. Os créditos a receber decorrentes de folha de pagamento representam 82,73% do valor apropriado.

A conta de Adiantamento de TED contempla as descentralizações efetuadas para a Secretaria de Comunicação Social – SECOM, que está com prazo de vigência vencido pendente de recebimento da prestação de contas, e com a

Coordenação Reg. Kayapo Sul do Pará/PA cujo prazo de execução ainda está vigente.

No item suprimento de fundos, é realizado o regime de adiantamento através do Cartão de Pagamento do Governo Federal-CPGF e há autorizado o montante de R\$ 2.057.042, correspondente a 16,93% dos Demais Créditos e Valores. Estes valores são autorizados aos supridos para execução de despesas de pequeno vulto nas modalidades Saque e Fatura. Durante a execução, estes valores permanecem no ativo, até a apresentação da prestação de contas e de sua plena aplicação dos valores, momento em que são baixadas as responsabilidades.

2.3 (-) Ajustes para Perdas

(-) Ajuste para Perdas	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	-	-	- 2.190.301	-
Demais Créditos e Valores	-	-	- 1.005.754	-
Total	-	-	3.196.054	-

Circulante	-	-	812.967	-
Não Circulante	-	-	2.383.087	-

NOTA 03 - ESTOQUES

Estoques	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Materiais de Consumo	-	-	17.681.721	-
Mercadorias para Venda ou Revenda	-	-	1.404.785	-
Total	-	-	19.086.506	-

Circulante	-	-	19.086.506	-
Não Circulante	-	-	-	-

NOTA 04 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é o item tangível (corpóreo, material) que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens.

O imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

Imobilizado	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Custo	11.857.771	-	605.493.833	-
(-) Depreciação	- 9.900.018	-	- 362.100.669	-
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-
Bens Móveis	1.957.754	-	243.393.164	-
Custo	-	-	375.100.317	-
(-) Depreciação	-	-	- 881.585	-
(-) Amortização	-	-	- 2.930.397	-
Bens Imóveis	-	-	371.288.335	-
Total	1.957.754	-	614.681.499	-
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	1.957.754	-	614.681.499	-

4.1 Bens Móveis

Os bens móveis são registrados e gerenciados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), totalmente integrado com o SIAFI.

O detalhamento completo dos bens móveis encontra-se disponível **no anexo I** no site [Demonstrações contábeis — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br).

4.1.1 Depreciação

As informações da depreciação dos bens móveis são apuradas pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- i. Método das cotas constantes; e
- ii. Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Essas definições originam-se da necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis, viabilizando a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União - BGU dos critérios adotados para depreciação.

4.1.2 Reavaliação

De acordo com o Manual SIAFI na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, as reavaliações devem ser realizadas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos:

- i. Anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;
- ii. A cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas.

Essa reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa. Deve-se sempre levar em conta a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.

4.1.3 Redução ao Valor Recuperável

De acordo com a supracitada Macrofunção 020335, entende-se por redução ao valor recuperável a desvalorização de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Ou seja, caso o valor contábil de um ativo apresente valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda desse ativo, é possível afirmar que esse ativo está em imparidade (impairment). O valor da perda deverá ser estimado por meio de testes de recuperabilidade.

O valor de um bem deve ser reduzido ao valor recuperável se alguma das situações abaixo for verdadeira:

- i. Cessação total ou parcial das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- ii. Diminuição significativa, de longo prazo, das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- iii. Dano físico do bem;
- iv. Mudanças significativas, de longo prazo, com efeito adverso na entidade, ocorreram ou estão para ocorrer no ambiente tecnológico, legal ou de política de governo no qual a entidade opera;
- v. Mudanças significantes, de longo prazo, com efeito adverso na entidade ocorreram ou estão para ocorrer na extensão ou maneira da utilização do bem. Essas modificações incluem a ociosidade do bem, planos para descontinuar ou reestruturar a operação no qual ele é utilizado, ou planos de se desfazer do bem antes da data previamente estimada;
- vi. É decidido interromper a construção de um bem antes que o mesmo esteja em condições de uso;

- vii. Há indicação de que a performance de serviço do bem está ou estará significativamente pior do que esperado;
- viii. Durante o período, o valor de mercado de um bem caiu significativamente, mais do que seria esperado pela passagem do tempo ou uso normal.

4.2 Bens Imóveis

Os imóveis de uso especial são registrados e gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), integrado ao SIAFI, exceto quanto à depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado à STN.

Ressalta-se, ainda, que se encontra em desenvolvimento na SPU/ME um novo sistema que será utilizado no controle dos bens imóveis sob sua supervisão. O atual sistema, o SPIUnet, não foi criado com módulos que permitam o histórico de fluxos relacionados a:

- i. Depreciação;
- ii. Amortização;
- iii. Reavaliação (O SPIUnet informa a data da última avaliação); e
- iv. Redução ao Valor Recuperável.

O detalhamento completo dos bens imóveis encontra-se disponível **no anexo I** no site [Demonstrações contábeis — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br).

4.2.1 Depreciação

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

4.2.2 Reavaliação

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- i. Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- ii. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- iii. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores devem ser atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

4.2.3 Redução ao Valor Recuperável

Conforme descrito no tópico correspondente dos Bens Móveis, os procedimentos para redução ao valor recuperável são os mesmos para todo o ativo Imobilizado.

4.3 Imobilizado – IBGE

Imobilizado	31/03/2023	31/12/2022
Custo	570.939.079	-
(-) Depreciação	338.108.211	-
Bens Móveis	232.830.868	-
Custo	374.076.725	-
(-) Depreciação	881.585	-
(-) Amortização	2.930.397	-
Bens Imóveis	370.264.743	-
Total	603.095.611	-

Circulante -
Não Circulante 603.095.611

Em 31/03/2023, o IBGE apresentou um saldo de imobilizado de R\$ 603.095.610,92. Os Bens Móveis aumentaram 0,43% neste 1º trimestre de 2023, em relação a dezembro de 2022. Este fato se deve, principalmente, a aquisições nos grupos de Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, Aparelhos e Utensílios Domésticos e Mobiliário em Geral.

Com relação aos Bens Imóveis, houve uma variação positiva de R\$ 3.625.850,30. Esse aumento de saldo foi devido ao registro de imóveis de uso especial e/ou reavaliação de imóveis nas Superintendências Estaduais do Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

NOTA 05 - INTANGÍVEL

O intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Intangível	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Custo	-	-	46.400.203	-
(-) Amortização	-	-	- 14.219.551	-
Total	-	-	32.180.653	-

Circulante -
Não Circulante - 32.180.653

O detalhamento completo dos itens que compõem intangível encontra-se disponível no anexo I no site [Demonstrações contábeis — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

5.2 Intangível – IBGE

Intangível	31/03/2023	31/12/2022
Custo	39.466.709	-
(-) Amortização	8.892.088	-
Total	30.574.621	-

Circulante -
Não Circulante 30.574.621

Em 31/03/2023, o IBGE apresentou saldo total na conta de Softwares de R\$ 39.466.708,94, sendo composto por R\$ 10.151.554 para softwares com vida útil definida, 25,72%, e R\$ 29.315.155 para os softwares com vida útil indefinida, 74,28%. Destaca-se que neste 1º trimestre não houve aquisição de softwares.

Com relação a Amortização, o montante de R\$ 8.892.088 corresponde a 88% já amortizado dos softwares com vida útil definida.

NOTA 06 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Registra os valores a pagar aos credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços.

Fornecedores e Contas a Pagar	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Fornecedores e Contas a Pagar estrangeiro	2.636.464.815	-	2.636.464.815	-
Fornecedores e Contas a Pagar nacional	-	-	4.356.196	-
Total	2.636.464.815	-	2.640.821.012	-
Circulante	2.636.464.815	-	2.640.821.012	-
Não Circulante	-	-	-	-

O maior passivo registrado na rubrica Fornecedores e Contas a Pagar estrangeiro foi com à Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente à contribuição para o Sistema das Nações Unidas.

Na tabela adiante, são destacados os fornecedores e contas pagar com os valores mais representativos:

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de março de 2023

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Fornecedores e Contas a Pagar estrangeiro	31/03/2023	31/12/2022
CONTRIBUICAO AO SISTEMA DAS NACOES UNIDAS (MRE)	847.009.754	-
FUNDO PARA A CONVERGENCE ESTRUTURAL DO MERCOSUL FOCEM	366.927.154	-
CONTRIBUICAO AO SISTEMA DAS NACOES UNIDAS (MRE)	288.708.626	-
AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATOMICA	146.028.935	-
CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMACAO EM CI	76.065.000	-
FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS - FUMIN (ME)	75.631.000	-
ONU/FAO	66.358.540	-
CONTRIBUICAO AO SISTEMA DAS NACOES UNIDAS (MRE)	65.288.012	-
ORGANIZACAO INTERNACIONAL DO TRABALHO	64.645.679	-
O.E.A. ORGANIZACAO DOS ESTADOS AMERICANOS-RME	63.933.512	-
UNIAO DAS NACOES SUL-AMERICANAS - UNASUL	53.933.344	-
COMISSAO PREPARATORIA DA ORGANIZACAO DO TRATADO DE PROI	44.790.166	-
ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA O DESENV INDUSTRIAL	37.307.983	-
CONTRIBUICAO AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	35.350.000	-
OMS-ORGANIZACAO MUNDIAL DA SAUDE.	34.009.257	-
CENTRO PANAMERICANO DE FEBRE AFTOSA	28.829.628	-
ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS P/EDUC., CIENCIA, CULTURA	28.157.486	-
CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMACAO EM CI	26.951.563	-
ORGANIZACAO MUNDIAL DE METEOROLOGIA/OMM.	19.987.522	-
INST INTERAMERICANO DE COOPERACAO PARA A AGRICULTURA	17.795.431	-
ORGANIZACAO PARA A PROIBICAO DAS ARMAS QUIMICAS	17.472.015	-
FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS - FUMIN (ME)	15.816.200	-
ORGANIZACAO INTERNACIONAL PARA AS MIGRACOES	14.248.700	-
CONTRIBUICAO AO FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO	11.819.200	-
DEMAIS	189.400.109	-
Total	2.636.464.815	-

O pagamento dos compromissos da República Federativa do Brasil perante organismos internacionais está a cargo da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) e foi pactuado em sete moedas diferentes: dólares americanos, canadense e australiano; euro; libra esterlina; franco suíço; e real. Relativamente a esses compromissos, incide a variação cambial sobre suas parcelas, uma vez que o valor a ser pago em reais pode sofrer elevação ou diminuição, a depender da valorização ou desvalorização da moeda estrangeira convencionada.

NOTA 07 – DEMAIS OBRIGAÇÕES

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo.

Demais Obrigações	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
TED	-	-	66.842.007	-
Consignações	-	-	26.952.774	-
Demais	-	-	2.975.302	-
Total	-	-	96.770.083	-
Circulante	-	-	96.661.293	-
Não Circulante	-	-	108.791	-

7.1 Demais Obrigações – IBGE

Demais Obrigações	31/03/2023	31/12/2022
TED	51.614.336	-
Consignações	24.145.241	-
Depósitos Judiciais e Não Judiciais	834.297	-
OB Canceladas	671.968	-
Diárias a Pagar	217.484	-
Fatura - CPGF	782.844	-
Saque - CPGF	316.764	-
Demais	146.048	-
Total	78.728.981	-

A conta de Transferências Financeiras a Comprovar - TED é bastante relevante para esse grupo, sendo responsável por 65,56% dele. A redução de saldo se deve, principalmente, a comprovação de TED firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Os registros nessa conta são feitos pelos parceiros repassadores dos recursos e há saldos pendentes apesar de já ter sido solicitada a atualização da conta após o envio da prestação de contas. Este fato está sinalizado na conformidade contábil do IBGE.

As consignações apresentaram decréscimo em relação a dezembro de 2022 devido à redução considerável, entre o final de 2022 e o 1º trimestre de 2023, na folha de pessoal do Censo.

Na execução do suprimento de fundos realizado através do CPGF, há registrado no passivo o montante de R\$ 1.099.608, correspondente a 1,39% do grupo Demais Obrigações. Desse total, R\$ 782.844 é na modalidade Fatura e R\$ 316.764 é para realização de Saque

7.2 Demais Obrigações - IPEA

Demais Obrigações	31/03/2023	31/12/2022
TED	15.227.671	-
Consignações	2.807.532	-
Saque - CPGF	5.898	-
Total	18.041.102	-

Circulante 18.041.102

Não Circulante -

Transferências Financeiras a Comprovar – TED, sendo responsável por 84% da movimentação desse grupo, no primeiro trimestre apresentou uma variação negativa de 12% com relação a 31/12/2022, os registros nessa conta contábil são de responsabilidade dos órgãos repassadores.

Consignações, estão relacionados com a Folha de Pagamento do mês de março/2023 (Pensão Alimentícia, Retenções – Empréstimos e Financiamentos, Previdência Complementar).

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

08 - Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em março de 2023 foi superavitário conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/01/2022	31/03/2023	31/01/2022
Variação Patrimonial Aumentativa	2.201.593.909	-	3.385.876.154	-
Variação Patrimonial Diminutiva	1.702.841.343	-	2.907.105.199	-
Total	498.752.566	-	478.770.955	-

8.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MPO e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Aumentativa	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-	97.423	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	112.400.690	-	113.014.468	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.087.279.154	-	3.256.589.953	-
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.914.066	-	14.592.662	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-	1.581.648	-
Total	2.201.593.909	-	3.385.876.154	-

8.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MPO, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Diminutiva	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	540.690.795	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-	372.681.055	-
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	50.916	-	168.627.187	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.858.642	-	4.357.054	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.698.931.785	-	1.810.346.491	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-	5.491.589	-
Tributárias	-	-	296.894	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	13.610	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-	4.600.522	-
Total	1.702.841.343	-	2.907.105.199	-

8.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

Desempenho Financeiro	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
VPA Financeiras	112.400.690	-	100%	104%
VPD Financeiras	3.858.642	-	100%	4%
Total	108.542.048	-	100%	100%

Desempenho Financeiro	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	112.400.690	-	113.014.468	-
Variações Monetárias e Cambiais	112.400.690	-	112.400.690	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-	613.359	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-	419	-
Outras VPA - Financeiras	-	-	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	- 3.858.642	-	4.357.054	-
Variações Monetárias e Cambiais	- 3.858.642	-	3.858.898	-
Juros e Encargos de Empréstimos	-	-	-	-
Resultado Negativo do BCB	-	-	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-	48	-
Juros e Encargos de Mora	-	-	498.109	-
Outras VPD - Financeiras	-	-	-	-
Total	108.542.048	-	108.657.413	-

8.3.1 Variações Monetárias e Cambiais - SEAID

O pagamento dos compromissos da República Federativa do Brasil perante organismos internacionais está a cargo da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento - SEAID, que, por sua vez, estão expressos em sete moedas diferentes (dólar americano, canadense e australiano, euro, libra esterlina, franco suíço e real). Relativamente a esses compromissos, incide a variação cambial sobre suas parcelas, uma vez que o valor a ser pago em reais pode sofrer elevação/diminuição a depender da valorização/desvalorização da moeda estrangeira convencionada.

A tabela a seguir apresenta o levantamento do montante pertinente às variações cambiais de forma segregada do valor principal das obrigações reconhecidas:

Variações Monetárias e Cambiais	31/03/2023	31/03/2022	AH%
Aumentativa	112.400.690	168.040.657	-33%
Diminutiva	- 3.858.642	- 168.040.657	-98%
Total	108.542.048	-	-131%

8.4 Desempenho não Financeiro

Na tabela abaixo, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

Desempenho Não Financeiro	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
VPA Não Financeiras	2.089.193.219	-	3.272.861.686	-
VPD Não Financeiras	- 1.698.982.701	-	2.902.748.145	-
Total	390.210.518	-	370.113.542	-

8.5 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada

Visando qualificar as informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foi evidenciado, no demonstrativo a seguir, a exclusão dos valores oriundos de transações realizadas intragrupo. Esses valores, por representarem transações financeiras ocorridas entre unidades gestoras do próprio MPO, não alteram o Patrimônio Líquido.

Variação Patrimonial	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Aumentativa	502.662.124	-	1.575.529.663	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-	97.423	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	112.400.690	-	113.014.468	-
Transferências e Delegações Líquidas	388.347.369	-	1.446.243.462	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	1.914.066	-	14.592.662	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-	1.581.648	-
Diminutiva	- 3.909.559	-	- 1.096.758.708	-
Pessoal e Encargos	-	-	540.690.795	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-	372.681.055	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	- 50.916	-	168.627.187	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	- 3.858.642	-	4.357.054	-
Desvalorização e Perda de Ativos e	-	-	5.491.589	-
Tributárias	-	-	296.894	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	13.610	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-	4.600.522	-
Resultado Patrimonial do Período	498.752.566	-	478.770.955	-

As exclusões efetuadas na DVP referem-se aos saldos originalmente registrados nos grupos "Transferências e Delegações Concedidas" e "Transferências e Delegações Recebidas".

Transferências e Delegações Líquidas	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Transferências e Delegações Recebidas	2.087.279.154	-	3.256.589.953	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.698.931.785	-	1.810.346.491	-
Total	388.347.369	-	1.446.243.462	-

Cabe destacar que as Demonstrações Contábeis extraídas do SIAFI não dispõem de parametrização para identificar e excluir, de forma sistematizada, as transações realizadas entre unidades no âmbito do MPO. Da forma como a DVP é originalmente extraída, as informações produzidas não refletem de modo adequado a realidade, podendo distorcer o entendimento quanto às referidas transações.